

Agricultura familiar em Mato Grosso do Sul no contexto das Políticas Públicas: desafios e proposições para melhor estruturação, promoção e fomento ao abastecimento alimentar e comercialização

Family Farming in Mato Grosso do Sul within the Context of Public Policies: Challenges and Proposals for Improving the Structuring, Promotion, and Support of Food Supply and Commercialization

Christiane M. Pitaluga

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Campo Grande, MS, Brasil.

Rafaela Flores Kuff

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Campo Grande, MS, Brasil.

GT10. Abastecimento, segurança alimentar e nutricional e dinâmicas de consumo

Resumo: A agricultura familiar no Mato Grosso do Sul caracteriza-se pela dificuldade no acesso ao crédito, precariedade na assistência técnica e na infraestrutura e ainda pelo baixo nível de escolaridade. Diante deste cenário, demanda-se por um desenho de novas políticas públicas integrativas para o agenciamento e acesso a “mais e melhores mercados” como mecanismo de fortalecimento de suas atividades e maior inclusão. O objetivo do estudo consiste em apresentar proposições para a melhor estruturação e incorporação de novas políticas de fomento e promoção do abastecimento alimentar e comercialização de alimentos e produtos do agroextrativismo em Mato Grosso do Sul. Para tanto, a pesquisa contemplou quatro Projetos de Assentamentos: Nova Era, Eldorado I, Santa Lúcia e Guaicurus. A coleta de dados contou com o suporte da aplicação de questionários e entrevistas junto aos agricultores familiares assentados. A partir de análises quantitativas e qualitativas, observou-se a existência de entraves nos processos de chamadas públicas; dificuldade de acesso ao Cadastro da Agricultura Familiar (CAF); fragilidade e negligência da assistência técnica e extensão rural e a descontinuidade/fragmentação das políticas públicas. Os dados revelaram que todos estes fatores exercem influência no acesso aos mercados e na busca por novas oportunidades e dinâmicas de comercialização. A partir desses resultados, foram apresentadas proposições para a melhor estruturação e incorporação de políticas que tangenciam o CAF, infraestrutura, crédito agrícola e comercialização, mercados e abastecimento alimentar. A construção de novas políticas públicas integrativas é interpretada como estratégica e vital para combater a pobreza, a fome, a exclusão socioproductiva rural, as desigualdades sociais e para deflagrar novas oportunidades que gerem maior autonomia e independência aos AF, que possam garantir soberania alimentar e, sobretudo deflagrar um ambiente permeado pelo comércio justo e inclusivo.

Palavras-chave: políticas públicas, agricultura familiar, abastecimento alimentar, mercados, autonomia.

Abstract: Family farming in Mato Grosso do Sul is characterized by difficulties in accessing credit, precarious technical assistance and infrastructure, as well as low levels of schooling. In this context, there is a demand for the design of new integrative public policies to enable access to “more and better markets” as a mechanism to strengthen activities and promote greater inclusion. The objective of this study is to present proposals for improving the structuring and incorporation of new policies aimed at fostering and promoting food supply and the commercialization of food and agro-extractive products in Mato Grosso do Sul. To this end, the research covered four agrarian reform settlements: Nova Era, Eldorado I, Santa Lúcia, and Guaicurus. Data collection was carried out through questionnaires and interviews with family farmers living in these settlements. Based on quantitative and qualitative analyses, the results revealed several barriers, including challenges in public procurement processes, difficulties in accessing the Family Farming Registry (CAF), weaknesses and neglect in technical assistance and rural extension services, and the discontinuity and fragmentation of public policies. These factors directly influence market access and the search for new commercialization opportunities. From these findings, proposals were developed to improve the structuring and implementation of policies related to the CAF, infrastructure, agricultural credit, commercialization, markets, and food supply. The development of new integrative public policies is considered strategic and essential to combat poverty, hunger, and rural socio-productive exclusion, reduce social inequalities, and create new opportunities that promote greater autonomy and independence for family farmers. Ultimately, such policies contribute to ensuring food sovereignty and fostering a more inclusive and fair trade environment.

Keywords: public policies, family farming, food supply, markets, autonomy.

1. Introdução

O Estado de Mato Grosso do Sul, localizado na região Centro Oeste do Brasil se caracteriza por abrigar três biomas: Cerrado, Pantanal e Mata Atlântica, essa diversidade coloca-o em evidência no cenário nacional e internacional no que se refere à produção de commodities agrícolas (SEMADESC, 2024). Associada a esta condição, as médias e grandes propriedades rurais apresentam-se na ordem de 38 vezes maiores em área quando comparadas às propriedades lideradas pela agricultura familiar (AF) (SEMADESC, 2024).

Não obstante este cenário, a AF se destaca dada sua capacidade substancial de contribuição frente à promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN) da população e ao desenvolvimento das economias locais. No que tange sua dimensão, considerando a proporção de terras que ocupa seu tamanho não permite determinar seu potencial. Contudo, gera a maior proporção de empregos no campo e ainda detém a maior parte das propriedades agropecuárias brasileiras (EMBRAPA, 2026).

Por outro lado, a AF no Brasil enfrenta desafios e obstáculos que vão desde o acesso desproporcional ao crédito, registrado há mais de uma década (Souza *et al.*, 2016), até a desigualdade na distribuição de recursos, estes que são priorizados em benefício dos produtores mais capitalizados (Cruz *et al.*, 2021). Somados a esta realidade, a precariedade na oferta de assistência técnica/extensão rural e o baixo nível de escolaridade refletem-se na subutilização dos recursos distribuídos (Castro; Pereira, 2017).

Dentro deste contexto, os agricultores familiares presentes nos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul enfrentam historicamente dificuldades e barreiras ao acesso a diversas ações e políticas públicas, como por exemplo, a modalidade de crédito. Mesmo diante de projetos encaminhados e aprovados, os recursos podem demandar tempo para serem liberados ou os AF se deparam com a documentação incompleta e/ou ainda pouca orientação sobre as alternativas de crédito rural e como realizar sua aplicação efetiva (SEMADESC, 2024), evidenciando a existência de lacunas no fluxo das informações e processos.

Outro ponto que marca a atuação da AF reside no fato da baixa aderência à comercialização junto aos chamados “mercados institucionais”, especificamente regidos pelas políticas públicas de abastecimento alimentar, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa nacional de Alimentação Escolar - PNAE (SEMADESC, 2024), demonstrando baixa articulação com estes mercados, que se caracterizam como importantes asseguradores de comercialização da produção, da SAN e da agregação de renda.

Considerando a classificação dos mercados, em geral, os AF se dedicam ao abastecimento de alimentos para os chamados mercados locais e contam com menos oportunidades para o desenvolvimento de novas estratégias de comercialização frente a outros mercados. Une-se a estas circunstâncias, a baixa capacidade logística, predominante entre os AF, que inviabiliza o abastecimento dos produtos fora do mercado local (Pitaluga; Le Bourlegat, 2021).

Este retrato, observado na literatura, também foi constatado *in loco* por meio da realização de uma pesquisa de campo em quatro Assentamentos Rurais de MS e que traz à luz, dentre outras questões contempladas, a proposição de construção de uma agenda que busque o desenvolvimento de novos conhecimentos, competências e especialmente o desenho de novas políticas públicas integrativas a serem empregadas no agenciamento e promoção do acesso a “mais e melhores mercados” como mecanismo de fortalecimento da agricultura familiar no Mato Grosso do Sul, Estado sub-representado pela literatura existente.

Neste sentido, o presente estudo oportuniza um olhar especial aos AF assentados pela política da Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso do Sul e tem como objetivo apresentar os desafios e proposições para a melhor estruturação e incorporação de novas políticas públicas de fomento, promoção da comercialização e abastecimento de alimentos e de produtos do agroextrativismo.

Para tanto, adotou-se uma abordagem metodológica considerando tipologia de mercados, proposta por Schneider (2016) classificando-os em quatro tipos: mercados de proximidade; mercados locais/territoriais; mercados convencionais e mercados públicos/institucionais. Observar as dinâmicas de produção e comercialização a partir desta lente permite contextualizar a forma como os AF interagem com os mercados em diferentes contextos. Nesse sentido, a comercialização é intrínseca às decisões de produção e ao identificar as estruturas e dinâmicas dos AF nos mercados, identifica-se também os entraves e desafios que precisam ser superados para a reprodução social e econômica da agricultura familiar. (Schneider, 2016).

Os dados revelados pela pesquisa também apontam para o desenvolvimento de ações voltadas para o fortalecimento agroextrativismo e dos sistemas agroflorestais (SAFs) nos assentamentos, fundamentados em práticas sustentáveis e resilientes a partir dos recursos naturais e que possam melhor contribuir com a mitigação dos efeitos das mudanças/adaptações climáticas, especialmente com os ODS 1, 2, 3, 5, 10, 11 e 12, propostos pela ONU.

Os resultados chamam à atenção para a promoção de maior autonomia e inclusão socioprodutiva rural para os AF dos assentamentos rurais. Buscou-se enfatizar as manifestações produtivas, como estes acessam as políticas públicas e também como emergem as dinâmicas e estratégias de comercialização adotadas por estes e seus desafios, com vistas ao fortalecimento, à garantia da geração de renda e maior independência e autonomia.

Logo, o artigo está estruturado obedecendo à seguinte organização: a próxima seção apresenta um panorama da AF no Mato Grosso do Sul, seguida pela definição da tipologia de mercados proposta por Schneider (2016). Na sequência apresenta-se o percurso metodológico adotado e a caracterização dos assentamentos pesquisados, seguido pelos resultados e na sequência as últimas considerações.

2. A agricultura familiar no contexto da política pública em Mato Grosso do Sul

O Estado de Mato Grosso do Sul se destaca nacionalmente como grande produtor de commodities agrícolas e concentra suas cadeias produtivas em grandes propriedades, que ocupam mais de 96% da área agrícola, restando à AF apenas 3,91% dessa área, índice muito inferior à média nacional de 24% (Pinheiro, 2024).

Contudo, a atividade exercida pela AF desempenha um papel vital na estruturação da economia, uma vez que é responsável por cerca de 60% da produção de alimentos no estado. A contribuição do segmento produtivo vem sendo demonstrada pela literatura e evidenciada tanto no âmbito do abastecimento e em relação a sua importância social, econômica e política, contribuindo para o desenvolvimento rural e para a diminuição da fome e das desigualdades sociais no campo (Sangalli; Schlindwein, 2013; Zamberlan; Cavalcanti, 2019).

Dentre o universo total de 71.164 estabelecimentos, 43.223 estabelecimentos agropecuários do estado do MS pertencem à agricultura familiar. Contudo, apesar de representar a maioria, as propriedades destinadas à AF ocupam apenas 4% da área produtiva total. Dentro deste contexto, menos de 10% dos agricultores familiares do MS são inseridos no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (SEMADESC, 2024). Nesse sentido, as dificuldades para a comercialização junto aos mercados institucionais estão estreitamente relacionadas aos obstáculos enfrentados frente às políticas públicas, incluindo àquelas voltadas para a concessão de crédito rural (Matos *et al.*, 2024).

Os dados do Governo de MS destacam que desde 2023 até novembro de 2025 já foram emitidos mais de 28 mil cadastros no estado de Mato Grosso do Sul (AGRAER, 2025). Do

total de 28.234 CAFs distribuídos em todo o estado, 19.688 são provenientes dos assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária, o que ratifica a força e o comprometimento das famílias assentadas com a produção e comercialização em seus lotes (AGRAER, 2025).

Tal fato oportuniza, em tese, aos agricultores familiares acessarem diversas políticas públicas, com destaque para: acesso ao crédito, comercialização junto aos mercados institucionais (Belarmino; da Silveira, 2020) e recebimento de assistência técnica e extensão rural (Padua-Gomes, 2016; 2017). Essas informações traduzem o cenário do estado do MS e demonstram a necessidade de estudos, políticas públicas e ações direcionadas à ampliação e fortalecimento da atuação, aprimoramento da produção e comercialização.

A inclusão dos AF do MS nos programas de abastecimento alimentar enfrenta fragilidades, incluindo sua falta de preparo tanto na esfera produtiva quanto na comercialização. O principal desafio é a capacidade dos agricultores de se articularem como sistemas alimentares, que envolvem não apenas os próprios agricultores, mas também organizações públicas e sociais de apoio, e as instituições as quais os produtos são destinados (Pitaluga; Le Bourlegat, 2021).

Corroborando este cenário, estudos já realizados em diferentes partes do estado relataram infraestrutura inadequada, especialmente as condições de transporte e acesso aos mercados, impedindo que os agricultores familiares comercializem eficientemente seus produtos, limitando a diversificação das atividades produtivas e, conseqüentemente, a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida (Bezerra; Schlindwein 2016; Sangalli *et al.*, 2014).

Destaca-se a emergência na identificação de pontos de intervenção, com políticas públicas que derivam de proposições interministeriais e integrativas, como: facilitação do acesso ao crédito; novos mecanismos que garantam a prevalência do abastecimento alimentar; permanência nas moradias rurais e especialmente infraestrutura que contemple escolas, postos de saúde, perfurações de poços artesianos, manutenções programadas da rede de energia elétrica e das estradas (Sangalli; Schlindwein, 2013).

Ainda para os mesmos autores, o histórico e a trajetória desses Projetos de Assentamento revelam que não basta o esforço na execução da política agrária, conduzida pelo INCRA para a desapropriação de terras seguida da distribuição e até mesmo regularização destas se não estiverem acompanhadas de planejamento infraestrutural e de outras políticas. Ações isoladas ao longo de décadas desencadearam um processo de pobreza e vulnerabilidades obrigando muitos destes AF a desistirem de suas terras, evadirem,

venderem, permutarem ou se sujeitaram a desafiar as condições de precariedade, aprofundando a pobreza e a exclusão socioprodutiva rural.

3. Tipologia de Mercados: uma abordagem a partir do acesso dos agricultores familiares

À luz da sociologia econômica mercados são compreendidos como construções sociais, isto significa que são vistos como espaços que repercutem as interações entre os atores e os arranjos coletivos, estes que se responsabilizam tanto pela organização quanto pela sustentação das transações econômicas e das trocas no âmbito mercantil (Scoville, Ligstein, 2020; Fligstein, 1996).

Para avançar na compreensão dos mercados, Cassol *et al.*, (2024), apresentam uma definição, estes que são compreendidos como “arenas” ou espaços que contam com o suporte de diferentes atores (agricultores familiares, produtores; consumidores; clientes; trabalhadores; etc.) e instituições (empresas; cooperativas; governo; movimentos sociais; etc.) que dialogam e buscam por novas oportunidades de trocas de bens e serviços. Acolher esta interpretação, de que os mercados são tidos como construções sociais, implica no entendimento de que são formados por um conjunto de operações em que permeiam relações sociais e culturais.

Neste sentido, a tipologia de mercados desenvolvida por Schneider (2016) oferece suporte adequado para esta compreensão e propõe uma divisão apoiada em quatro tipos de mercados, sendo eles: **I Mercados de Proximidade** (na propriedade; no domicílio; beira de estrada; entrega direta; feira local e grupos de consumo); **II Mercados Locais e Territoriais** (feira regional; feira nacional; redes de vendas; eventos; lojas especializadas e restaurantes); **III Mercados Convencionais** (atravessadores, cooperativas, agroindústrias; empresas privadas; internet e supermercados); **IV Mercados Públicos e Institucionais** (alimentação escolar; *fair trade*; órgãos internacionais; hospitais, universidades; Forças armadas, entidades assistenciais e estoques do governo.

Logo, melhores estratégias de comercialização têm o potencial de expandir as operações, avançar nas condições de produção e infraestrutura e garantir a ampliação da renda dos AF (Deggerone; Schneider, 2022). Este conjunto de fatores depende também da promoção da assistência técnica e extensão rural e de políticas públicas mais alinhadas com a realidade do pequeno produtor.

Desta forma, faz-se necessário melhor compreender o acesso dos agricultores familiares aos diferentes mercados, bem como os obstáculos e a complexidade das relações

estabelecidas, haja vista o conjunto de especificidades naturais do processo, seja do alimento ou da conjuntura socioespacial, política, cultural ou de particularidade qualquer (Dias; Ende, 2022)

4. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa do tipo descritiva, bibliográfica, documental e a campo, que contemplou quatro Projetos de Assentamentos em MS: Nova Era; Eldorado I, Santa Lúcia e Guaicurus e contou com uma amostra de 61 agricultores familiares. Importante destacar que este número reduzido revela uma condição de exclusão social e produtiva e precariedade vivenciada nos Assentamentos, haja vista que participaram da pesquisa todos àqueles responsáveis que declararam comercializar e praticar a olericultura e fruticultura. Destaca-se que do total de 738 assentados (INCRA, 2023), - independente da situação de regularização fundiária dos seus lotes, que residem nos quatro Assentamentos investigados, somente um quantitativo reduzido produz e comercializa estas culturas, dada sua trajetória, histórico e atual conjuntura vivenciada.

A condição descrita acima de isolamento, conjugada à precariedade de acesso, de logística, infraestrutura, produção, comercialização e de comunicação gera severos entraves para o escoamento da produção. Esta realidade configura-se como uma barreira para o desenvolvimento das atividades nos lotes, acesso a mercados e particularmente impactou no alcance total dos AF, conforme pode ser verificado no quadro 1 abaixo e que descreve algumas informações relativas à constituição dos Assentamentos.

Quadro 1: Descrição dos Assentamentos

Projeto de Assentamento	Origem e ano de criação	Localização	Organização Social	Total de Famílias	Total de entrevistas
Nova Era	Fazenda Cerro Porã / Banco da Terra (2001)	Campo Grande (distante 32 km)	Assoc. dos Pequenos Produtores Rurais do Assent. Nova Era	30 (12 comercializam)	12
Eldorado I	Fazenda Eldorado / INCRA (2005)	Sidrolândia (distante 70 km de Campo Grande)	Assoc. Dorcelina Folador das Trabalhadoras Rurais	614 (30 comercializam)	16
Santa Lúcia	Fazenda Santa Lúcia / INCRA (1999)	Bonito (distante 34 km)	Assoc. de Pequenos Produtores Rurais do Assent. Santa Lúcia	36 (18 comercializam)	18
Guaicurus	Fazenda Baía Negra/INCR A (1986)	Bonito (distante 70 km)	Assoc. das Mulheres Produtoras do Guaicurus (em fase de consolidação).	58 (15 comercializam)	15

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

A amostra foi definida por meio da técnica de amostragem por bola de neve, visando apenas agricultores assentados que comercializam produtos da olericultura e da hortifruticultura. Para coleta de dados, foram adotadas duas técnicas: entrevistas semiestruturadas e aplicação de um questionário estruturado contendo questões fechadas e algumas abertas que pudessem capturar respostas mais detalhadas e aprofundadas.

As questões fechadas contemplaram os canais de venda, informações demográficas, informações da área em que reside, obtenção da terra, acesso à assistência técnica e rural, acesso a financiamento, produção, contrato e negociação, formas de recebimento e infraestrutura geral, tanto para produção, armazenamento e abastecimento aos mercados alimentares. A inclusão de questões abertas visou obter respostas que pudessem aprofundar as demais. Por fim, perguntas com escala *Likert* (1-5) permitiram que os entrevistados indicassem sua satisfação com os diversos aspectos relacionados a preços praticados, regularidade de vendas, logística, dentre outros.

A coleta foi realizada pelos pesquisadores no mês de setembro de 2024, presencialmente junto aos agricultores familiares nos respectivos assentamentos, por meio de um questionário *offline* no aplicativo *Open Data Kit Collect (ODK Collect)* instalado nos dispositivos móveis dos pesquisadores, uma ferramenta que viabilizou a coleta em limitações de acesso à internet móvel.

A análise dos dados contou com uma abordagem quantitativa, haja vista a elaboração de gráficos para visualização dos dados e qualitativa também, pois as informações coletadas pelas entrevistas e questões abertas exigem maior complexidade na interpretação. Os pesquisadores também atuaram como observadores participantes, buscando a melhor compreensão dos hábitos, cultura e interesses da vida diária nos assentamentos visitados (Richardson, 2012). Todas as análises contaram com o suporte e foram realizadas por meio do Software R (R Core Team, 2025).

5. Resultados

Esta seção apresenta resultados considerando como ocorre a aproximação dos agricultores familiares às políticas públicas. A partir da análise dos dados coletados são discutidos os padrões de acesso aos Programas existentes, os principais entraves identificados e como estes dados repercutem em face da AF, além de oferecer suporte à apresentação de recomendações para políticas públicas nas subseções seguintes.

5.1 Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) e o Acesso às Políticas Públicas

Os dados analisados reforçam a centralidade do Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) como mecanismo de acesso às políticas públicas direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar, desenvolvimento sustentável das atividades rurais e expansão da capacidade produtiva e geração de renda no campo.

Os resultados revelaram o nível de adesão ao CAF entre os AF investigados: 57,4% possuem e declararam uma maior aptidão para aderir às políticas públicas tanto de abastecimento alimentar quanto de acesso a linhas de financiamento. Já 42,6% declararam não possuir o CAF, refletindo-se negativamente na adesão às políticas públicas voltadas para linhas de financiamento e crédito, como o PRONAF e outras políticas de abastecimento alimentar representadas pelos Programas PAA e/ou PNAE. Contudo, vale a pena destacar que a ausência do CAF restringe o acesso aos mercados institucionais.

Outro ponto importante reside no fato de que a contratação junto ao PRONAF mostra-se como relevante uma vez que propicia financiamento para infraestrutura, capacitação e profissionalização (Mota *et al.*, 2024), além de mostrar-se como um eficaz instrumento na promoção da equidade no campo. Logo, observou-se no estudo que entre àqueles que declararam possuir o CAF (57,4%), somente 44,3% contrataram o PRONAF, revelando que outros fatores limitam a adesão ao crédito, tais como a dificuldade de obtenção de informações mais precisas e a ausência de assistência técnica e extensão rural, fatores estes também observados nos estudos de Solano (2017).

A tabela 1 abaixo além de especificamente descrever a tipologia dos mercados, proposta por Schneider (2016), acessados pelos AF dos 4 assentamentos, revela uma importante relação no que se refere à adesão ao CAF: os dados apontam que a maioria dos AF acessam os mercados de proximidade (59%), que não exigem o CAF, já os demais são distribuídos entre os três outros tipos de mercados: institucionais (21,30%), convencionais (13,10%) e territoriais (6,60%), respectivamente. Corroborando o entendimento acima e ainda revelando que mesmo para àqueles que possuem o CAF, um percentual deste grupo não opera junto aos mercados institucionais.

Tabela 1: Distribuição conforme a tipologia de mercado (n=61)

Tipologia	Frequência	%	% acumulado
Mercados de Proximidade	36	59%	59
Mercados Institucionais	13	21,30%	80,3
Mercados Convencionais	8	13,10%	93,4
Mercados Territoriais	4	6,60%	100

Fonte: elaborado pelas autoras (2025).

De modo geral, os resultados do estudo permitem evidenciar o impacto socioeconômico para os AF assentados quando estes não possuem o CAF. Ou seja, a ausência deste documento reflete diretamente no nível de organização, planejamento da produção e nas estratégias e acesso aos tipos de mercados alimentares. Neste sentido, criar mecanismos e estratégias, através de políticas públicas integrativas, que envolvam diferentes setores, de disseminação do CAF, com ações para a promoção do desenvolvimento rural são fundamentais para o alcance maior deste cadastro e especialmente para acessar os mercados institucionais, que garantem melhor renda aos AF.

A seguir são apresentados os resultados para a infraestrutura e logística disponíveis para os AF. Logo, os principais obstáculos enfrentados pelos AF subsidiam a análise dos fatores discutidos no próximo item.

5.2 Infraestrutura e logística nos Assentamentos Rurais

Para o quesito infraestrutura, 65,6% dos entrevistados revelaram dispor de equipamentos de suporte à produção, especialmente eletrodomésticos como freezer, fundamental para o acondicionamento dos seus produtos, com destaque para a mandioca. Outros 29,5% declararam não possuir nenhum tipo de infraestrutura, o que compromete em larga medida o melhor acondicionamento das frutas, verduras e legumes. Ainda para este quesito, chamou à atenção três AF, representando 4,9%, que declararam se utilizar de armazéns das Cooperativas em que são cooperados para beneficiar seus produtos.

No que se refere à posse de veículos, 50,8% declararam ter carros; 9,8% possuem camionetas e 16,4% possuem apenas motocicletas, perfazendo um total de 77%. Somente 23% declararam não possuir nenhum meio de transporte. Apesar das motocicletas não se mostrarem adequadas para o transporte dos produtos ainda assim é utilizada para facilitar o deslocamento dos AF ao centro urbano. Contudo, a trafegabilidade ainda é um desafio, dada as precárias e difíceis condições das estradas e vias, uma vez que os assentamentos se localizam em áreas afastadas e isoladas, refletindo em prejuízos no momento de escoar a produção.

Somados a estas questões, os AF dos quatro assentamentos ratificaram os resultados de outros estudos realizados no Brasil no que tange a ocupação das terras e o estabelecimento de suas moradias em áreas reconhecidamente isoladas, degradadas e de difícil acesso (Vilpoux, 2014). A tabela 2 corrobora estas informações e demonstra a percepção dos AF entrevistados sobre a infraestrutura e logística.

Tabela 2: Distribuição conforme a avaliação da logística disponível

Variável	n	Média	DP	Min.	Máx.
Distância percorrida para comercialização	58	2,9	0,89	1	4
Meio de transporte para escoamento dos produtos	57	2,95	0,91	1	5
Local de entrega dos produtos	56	3,3	0,89	1	5
Trafegabilidade das vias utilizadas no transporte	61	2,21	1,13	1	5

Fonte: elaborado pelas autoras (2026).

Nota: três variáveis apresentam *n* incompleto, haja vista alguns entrevistados optaram por não avaliá-las.

A partir dos dados observa-se que a avaliação dos AF quanto aos aspectos logísticos não demonstra ser satisfatória nem insatisfatória, permanecendo em valores médios. Apesar das três últimas variáveis apresentarem uma distribuição entre 1(min.) a 5(máx.) de avaliação, o desvio padrão (DP) é moderado (0,8 - 1,2), reforçando que a maioria das respostas se mantém próximo à média.

Dessa maneira, a partir do enquadramento das políticas públicas agrárias existentes, fazem-se necessário garantir infraestrutura concedendo vias, estradas pavimentadas e demais serviços. A partir da observação participante e das entrevistas, a carência de infraestrutura também configura a necessidade de um melhor abastecimento de água potável e esgotamento sanitário. Contudo, não obstante a esta proposição, a realidade vivenciada por estes AF nos assentamentos rurais ainda encontra-se distante do ideal.

Outro aspecto elencado pelos AF refere-se à instabilidade no fornecimento de energia elétrica e, conseqüentemente comprometendo não apenas o armazenamento e a qualidade de alimentos, mas também o abastecimento de água. Já a construção de postos de saúde e escolas é um elemento importante para garantir a não apenas a permanência dos AF nos assentamentos, mas fundamentalmente para garantir o processo de sucessão familiar rural, pouco discutido entre eles, segundo os dados da pesquisa.

Por sua vez, este cenário de adversidades e instabilidade torna-se decisivo ao afetar diretamente a organização produtiva, os sistemas produtivos das propriedades e a própria segurança alimentar, tornando as condições de vida e produtivas mais desafiadoras para os AF. Quanto às questões hídricas, visando mitigar prejuízos e danos foram perfurados poços de uso coletivo nos assentamentos. Contudo, esta medida ainda foi classificada como insuficiente pelos AF, uma vez que o uso compartilhado impõe restrições de acesso além de limitar a implantação de sistemas de irrigação nos lotes.

Em face desta realidade permeada de desafios, a produção, a comercialização e o abastecimento alimentos quando conjugados a atual conjuntura de “adaptação climática”, em que os efeitos se manifestam em perdas de produção e na degradação ambiental, o presente

estudo sugere a criação e a melhor articulação de políticas e ações públicas não somente de ampliação da perfuração de poços coletivos, mas também ações que permitam monitorar a disponibilidade e a qualidade dos recursos hídricos nos assentamento rurais e consequentemente garantirem qualidade na produção, maior autonomia, geração de trabalho e renda e mais independência aos AF. Ou seja, é preciso que se incluam no Programa Nacional de Reforma Agrária ações que oportunizem a infraestrutura básica: energia, água, armazenamento da produção, estradas e conectividade.

A implantação dessas ações pode garantir além da renda, inclusão socioeconômica e produtiva, SAN e regularidade na produção e abastecimento de alimentos e demais produtos do agroextrativismo. Ou seja, faz-se urgente a elaboração de políticas integrativas que visem à melhoria da infraestrutura produtiva nos assentamentos da Reforma Agrária, com destaque para ações que garantam a permanência nos lotes, integração com técnicas sustentáveis, geração de renda e acesso a mais e melhores mercados.

Destaca-se o documento da SEMADESC (2024), citado anteriormente, que identificou as atividades econômicas desenvolvidas nos estabelecimentos AF no MS: a pecuária predomina (72%), lavouras temporárias estão em segunda posição (24%), seguidos de horticultura e floricultura (2%), produção de lavouras permanentes (2%), florestas plantadas (0,5%) e outros (0,2%). Esse perfil produtivo evidencia a concentração das atividades e a limitada diversificação dos sistemas produtivos, reforçando a necessidade de estratégias que ampliem a diversidade produtiva, o acesso a mais e melhores mercados e que apoiem o desenvolvimento de técnicas mais sustentáveis nos assentamentos, por meio de ATER.

Neste sentido, entende-se que iniciativas voltadas tanto para a produção agroecológica, orgânica e agroextrativista quanto à implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) têm em comum a garantia do melhor uso do solo e a sustentabilidade produtiva nos assentamentos. Outra iniciativa consiste no fomento às agroindústrias familiares, lideradas pelas mulheres rurais e com potencial de ampliar as possibilidades de inserção dos agricultores familiares em diferentes canais de comercialização.

Todavia, para que essas iniciativas sejam efetivadas, faz-se necessário o planejamento de políticas públicas específicas, mas que ainda se encontram em fase de amadurecimento no estado, como a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO), apoiada pela Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e que sejam alinhadas às políticas já existentes (PRONAF, PNAE e PAA), além da expansão das ações de assistência técnica e extensão rural e cooperação técnica para o desenvolvimento rural produtivo.

Por fim, emergem desta investigação contribuições que podem servir de suporte para a construção de outras políticas públicas como a elaboração do Marco de Referências de Culturas Alimentares para o estado do MS, previsto no III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2025-2027).

5.3 Política Agrícola: Crédito rural

Sabe-se que o mecanismo vigente de crédito rural se apoia em métricas e regulamentações definidas pelo Sistema Financeiro Nacional, contemplando apenas um tipo de atividade e cabendo aos AF comprovar sua capacidade de oferecer garantias e honrar seus compromissos. Estas diretrizes se refletem em barreiras ou impedimento para contratação do crédito por parte dos assentados, dificultando o enquadramento nas modalidades existentes.

Os resultados da pesquisa apontam que esta condição impacta o planejamento, a operacionalização da produção e a comercialização, afetando a renda dos AF. Esta realidade, revelada pelos entrevistados, se amplia quando associada aos demais desafios estruturais e históricos presentes nos assentamentos.

Diante desta circunstância e para garantirem sua permanência nos assentamentos rurais, os AF foram desenvolvendo novas capacidades e habilidades e com isso agregando à sua atividade principal outras atividades, criações e quintais produtivos, buscando uma complementação de renda. Ou seja, foram diversificando suas atividades através da fruticultura, olericultura, beneficiamento dos alimentos, agroextrativismo e criação de animais. Contudo, essa diversificação passou a exigir um aporte maior de recursos para viabilizar sua produção, agravando sua condição de se auto financiar.

Nesse sentido, apesar da disponibilização de linhas de financiamento como o PRONAF, por exemplo, as exigências documentais muitas vezes prevalecem e se transformam em barreiras ao acesso. Ratificando esta realidade, uma das barreiras informadas pelos assentados durante a coleta de dados reside na dificuldade de acessar essa política de crédito, uma vez que necessitam comprovar tanto o volume de atividade exercida da propriedade rural, quanto a exclusividade da atividade para a contratação do crédito rural.

Diante desta realidade, a elaboração de políticas mais equilibradas, equânimes e equitativas de assistência é fundamental para garantir aos AF o fortalecimento e a expansão das suas operações, permitindo a diversificação dos seus mercados (Machado *et al.*, 2018).

Sob outra perspectiva, faz-se relevante mencionar uma iniciativa desenvolvida no município de Glória de Dourados, MS, por um conjunto de atores: Associação dos Produtores Orgânicos de Mato Grosso do Sul - APOMS, Cresol Centro Sul RS/MS e *Rabo Foundation*,

vinculada ao *Rabobank*. Trata-se de uma experiência inovadora, em que o *Rabobank* atua como financiador, promovendo a inclusão financeira por meio da disponibilização do crédito sistêmico, via Cressol, aos AF assentados que optaram pela conversão para a agroecologia, atestada pelos técnicos da APOMS (Komori; Prata, 2024).

A experiência, que já vem colhendo retornos financeiros, proporciona linha de crédito, com regras específicas aos AF com foco na visão sistêmica da propriedade e em uma arquitetura funcional de um novo sistema produtivo, contemplando todas as atividades produtivas desempenhadas no lote, que difere das exigências colocadas pelas linhas tradicionais de financiamento (Komori; Prata, 2024).

Este caso de sucesso evidencia que iniciativas inovadoras, disruptivas e em parcerias com organismos internacionais, podem ser adaptadas e transformadas em novas políticas públicas com alcance e abrangência nacional. A criação de ações e mecanismos como estes, que oportunizam crédito responsável, com vistas às práticas ambientalmente sustentáveis e que também convergem para os princípios da economia circular, demonstram potencial para serem reverberadas e implantadas não apenas em Mato Grosso do Sul como também em todo país.

A implementação por meio do Sistema Financeiro Nacional do “crédito sistêmico” configura-se como um exemplo de criação de política pública que atende àqueles AF que desenvolvem várias atividades em seus lotes e que propiciam formas inclusivas, circulares e sustentáveis de produção.

5.4 Comercialização, Mercados e Políticas de Abastecimento Alimentar

As políticas públicas de abastecimento alimentar como as executadas através dos Programas PNAE e PAA e as aquisições realizadas pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, são vitais para a garantia da segurança alimentar e nutricional, para a promoção da alimentação saudável e contribuem decisivamente para a redução do êxodo rural, geração de renda e autonomia dos AF em todo o Brasil (Schneider, 2016).

Dentro deste contexto, a pesquisa revelou que se faz urgente a criação de novas e robustas estratégias e ações que dinamizem, facilitem e promovam a difusão do CAF com o objetivo de permitir que um quantitativo cada vez maior de AF acessem tais Programas. E também, que estes atinjam maturidade e envergadura suficientes para participarem de chamadas públicas propostas pela Conab, tanto de forma individual como coletiva, por meio das organizações sociais, como as cooperativas, conforme pode ser observado adiante.

A tabela 3 a seguir apresenta uma combinação de resultados em que são comparados dois cenários entre os AF: os que declararam não possuir CAF e os que declararam possuir. A

partir desta classificação relacionou-se com a quantidade e os tipos principais de mercados que acessam.

Verifica-se que os resultados corroboram o CAF como indutor ao maior acesso aos mercados, especialmente quando se trata dos mercados institucionais, que exigem a formalidade na contratação e também garantem os melhores preços. Neste sentido, entende-se que o CAF induz a diversificação e ainda amplia o acesso aos mercados, garantindo melhores oportunidades e também mais autonomia e independência aos AF.

Tabela 3: Quantidade de canais acessados X Principal mercado acessado X CAF (n=61)

Não possui CAF					
Quantidade de Canais Acessados	Mercados majoritários acessados				Total Geral
	<i>Convencionais</i>	<i>Institucional</i>	<i>Proximidade</i>	<i>Territoriais</i>	
2	1	1	4		6
3	2		6	2	10
4			5		5
5 ou mais	1	1	3		5
Total geral	4	2	18	2	26
Possui CAF					
Quantidade de Canais Acessados	Mercados majoritários acessados				Total Geral
	<i>Convencionais</i>	<i>Institucional</i>	<i>Proximidade</i>	<i>Territoriais</i>	
2	1	2	3		6
3		3	7	1	11
4		1	6		7
5 ou mais	3	5	2	1	11
Total geral	4	11	18	2	35

Fonte: elaborados pelas autoras (2025).

Os dados, quando relacionados, revelaram um “ruído” em dois casos: Os AF declararam não ter CAF, mas também informaram comercializar junto aos mercados institucionais. Esta situação se deve ao fato de que estes declararam entregar seus produtos a uma Cooperativa, responsável pela comercialização junto ao PNAE. Cabe destacar que as organizações sociais, como cooperativas e associações, desempenham um importante papel no sentido de agregar pequenos produtores, promover o escoamento da sua produção e ainda garantir renda. Caso contrário, de forma independente, estes não conseguiriam acessar os mercados institucionais, dado ao não cumprimento da exigência do CAF.

Ainda observando a tabela, os números são mais significativos para aqueles que declararam acessar como canal principal os mercados de proximidade, reforçando os resultados apontados anteriormente na tabela 1. A pesquisa revelou também a existência de uma percepção mais positiva para os que acessam os mercados de proximidade. Entende-se que este sentimento esteja relacionado à prevalência de relações sociais, reputação e confiança nestes mercados. Isto revela que vínculos sociais podem gerar uma vantagem sobre a

quantidade de canais. Schneider (2016), defende que os mercados são construções sociais e, portanto, requerem políticas públicas mais ajustadas à necessidade de suporte e fortalecimento, agindo de forma mais sinérgica junto aos agricultores familiares.

O presente estudo tem como abordagem a proposta de “mais e melhores mercados”, contudo esta ainda se mostra desafiadora para o estado do MS, uma vez que a AF depende de políticas públicas contínuas e integrativas e também do acesso aos “mercados institucionais”, que garantem melhores condições de pagamento e ainda contribuem para evitar perdas e o desestímulo dos produtores (Parizotto, 2019).

Nesse sentido, a criação e consolidação de políticas públicas específicas, para cada região do país, por exemplo, respeitando suas particularidades como clima e sociobiodiversidade permitiriam uma maior inclusão socioprodutiva rural, comércio justo, valorização do alimento e cultura local, além de oportunizar a elaboração de regras que permitiriam a expansão da comercialização junto a outros setores da sociedade.

O apoio à estruturação e fortalecimento das agroindústrias familiares e do agroextrativismo, associado ao incentivo do desenvolvimento e da conversão para práticas agroecológicas e orgânicas de produção e a implantação dos SAFs nos assentamentos configuram-se como caminhos economicamente viável, ambientalmente correto, resiliente, sustentável e socialmente mais inclusivo. Algumas iniciativas, ainda que discretas no MS evidenciam e corroboram estas proposições.

No que diz respeito ao beneficiamento dos alimentos, esta prática oportuniza uma maior durabilidade, com validade estendida, contribui para evitar perdas e desperdícios, promove a economia circular e ainda permite que alimentos e produtos conquistem novos mercados, haja vista ampliar as possibilidades de consumo. O resultado desta prática se reflete na capacidade de expansão da reprodução social, geração de renda e também se manifesta em menor dependência de um ou de poucos canais de comercialização.

6. Considerações Finais

A adoção de uma abordagem sistêmica e integrada é decisiva para atingir novos patamares de autonomia e independência dos AF no que se refere à geração de renda e acesso a novos mercados. Esse cenário reforça a necessidade de integração entre as políticas públicas, como por exemplo, a Política Nacional de Abastecimento Alimentar, no âmbito da agricultura familiar, indicando a urgência de maior conexão entre os ministérios, como MDA, MDS, MAPA, e especialmente maior sinergia e conectividade junto aos demais órgãos, como

o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, Conselho Municipal de Segurança Alimentar - COMSAN, entre outros.

Foram observados junto aos Assentamentos fatores limitantes da efetividade dessas políticas públicas, dentre eles: a burocracia nos processos de chamadas públicas, a dificuldade de acesso ao Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), a fragilidade e negligência da ATER e a descontinuidade/fragmentação de políticas públicas. Todos estes fatores exercem forte influência no acesso aos mercados e na busca por novas oportunidades e dinâmicas de comercialização e reprodução social. Estes resultados também vêm ao encontro dos achados da literatura, conforme demonstrado nos estudos de Costa e Lima (2025).

O diálogo contínuo com diversos setores da sociedade e a construção de novas políticas públicas integrativas são interpretados como estratégicos e vitais para combater a pobreza, a fome, a exclusão socioprodutiva rural, as desigualdades sociais e para deflagrar novas oportunidades que gerem maior independência aos AF. Assim, espera-se que essas ações garantam a soberania alimentar e, sobretudo, deflagrem uma nova realidade permeada pelo comércio justo, inclusivo e de produção de alimentos ambientalmente responsáveis.

A síntese dos resultados obtidos corrobora um conjunto de achados que refletem o cenário da agricultura familiar nos assentamentos do Mato Grosso do Sul. De forma integrada, os dados apontam para a relevância das políticas públicas analisadas, ao mesmo tempo em que revelam limitações no acesso, na operacionalização e na articulação entre os diferentes instrumentos de apoio existentes. Contudo, o suporte, o financiamento e a parceria junto aos Governos são elementos indispensáveis para o sucesso, fortalecimento das operações, mitigação dos danos, busca por “mais e melhores mercados” e a construção de um futuro alimentar sustentável.

Agradecimentos

A todos que contribuíram para a execução da pesquisa, de forma especial aos agricultores familiares, a FUNDECT/MS pelo financiamento da pesquisa por meio do edital 26/2023, a UFMS pelo apoio e suporte para a realização da pesquisa e a parceria junto ao Prof. Sergio Schneider, UFRGS, por meio do Projeto em Rede, financiado pelo CNPq.

Referências

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL (AGRAER). *Agraer contribui para marca histórica de 28 mil CAFs emitidos em MS.* Campo Grande: AGRAER, [s.d.]. Disponível em: <https://www.agraer.ms.gov.br/agraer-contribui-para-marca-historica-de-28-mil-cafs-emitidos-em-ms/>. Acesso em: 02 abr. 2026.

Belarmino, O. M., & da Silveira, G. S.. **A relevância do PNAE na agricultura familiar da região de planejamento sul fronteira–MS.** *Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)*, 4(1). 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/11356> . Acesso em: 1 abr. 2026.

Bezerra, G. J., & Schlindwein, M. M. **Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil.** *Interações (Campo Grande)*, 18, 3-15. 2017. Disponível em: [https://doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.18-n.1\(01\)](https://doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.18-n.1(01)). Acesso em: 1 abr. 2026.

Cassol, A; Schneider, S.; Deggerone, Z. A. Sociologia dos mercados alimentares: revisão e contribuições teóricas e metodológicas recentes. **Redes** (St. Cruz Sul, Online), v.29, 2024. ISSN 1982-6745.

Castro, C. N.; Pereira, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER.** Brasília; Rio de Janeiro: Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017.

Costa, R. L. da; Lima, J. T. G. P. de. **Programas de incentivo à compra de alimentos da agricultura familiar pelo governo: impactos e governança em Rondônia.** *Revista Campo da História*, v. 10, n. 1, e392, 2025. DOI: <https://doi.org/10.55906/redhv10n2-032>.

Cruz, N.; Jesus, J. G. de; Bacha, C. J. C.; Costa, E. **Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil.** 2021.

da Silveira, G. S., da Silveira, C. V., & da Conceição, C. A. **O Programa Nacional De Alimentação Escolar (Pnae) Em Ponta Porã – Ms No Âmbito Da Agricultura Familiar.** *Desenvolvimento, Fronteiras & Cidadania*, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 21–43, 2020. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/fronteriacidadania/article/view/4142>. Acesso em: 1 abr. 2026.

Deggerone, Z. A.; Schneider, S. **O processo de mercantilização da agricultura familiar no Alto Uruguai-RS.** *Revista Grifos*, v. 31, n. 56, p. 7–34, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v31i56.6596>.

Dias, J. M.; Ende, M. V. Os mercados e canais de comercialização de frutas e hortaliças na região central do Rio Grande do Sul. In: BRANDÃO, J. B.; BLUME, R. **Do campo para os mercados: produção e comercialização de frutas, hortaliças e alimentos processados na Região Central do Rio grande do Sul.** Santa Maria: RS, Ed. UFSM, 2022. 232 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). *Agricultura familiar.* Brasília, DF: EMBRAPA, [s.d.]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar>. Acesso em: 22 mar. 2026.

Fligstein, N. Markets as politics: a political cultural approach to market institutions. **American Sociological Review**, v. 61, n. 4, p. 656-673, 1996.

INCRA (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA). **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação.** 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos-relacao-de-projetos>. Acesso em: 1 abr. 2026.

Komori, O. M.; Prata, V. **Crédito sistêmico contribuindo com o redesenho de sistemas produtivos na Rede APOMS no Mato Grosso do Sul.** *Cadernos de Agroecologia*, v. 19, n.

1, 2024. Anais do Congresso Brasileiro de Agroecologia. Disponível em:
<https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/9484/7060>.

Machado, P. M. O. *et al.* **Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros.** *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 4153–4164, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182311.28012016>.

Matos, L. S., Dorce, L. C., Kubo, M. H., Schlingwein, M. M., & Martinelli, G. C. **A adoção de práticas agroecológicas por agricultores familiares em Mato Grosso do Sul.** *Cadernos de Agroecologia*, 19(2), 1-11, 2024.

Mota, F. dos S.; Azeredo, R. F.; Ribeiro, E. da S.; Barrozo, V. P.; Silva, L. P. da. **A operacionalização do PRONAF no território do Baixo Amazonas Paraense: uma análise a partir dos assentamentos de reforma agrária do município de Alenquer-PA.** *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 17, n. 4, p. e5918, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.4-243. Disponível em:
<https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/5918>.

Padovan; M. P.; Gomes, J. B. P., Padovan, D.S. da S. **Produção orgânica no âmbito da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul.** *REDES: Revista do Desenvolvimento Regional*. 2017; 22 (3): 316-42. Disponível em:
<https://www.academia.edu/download/78245970/pdf.pdf> Acesso em: 1 abr. 2026.

Padua-Gomes, J. B., Gomes, E. P., Padovan, M. P. **Desafios da comercialização de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar no estado de Mato Grosso do Sul.** *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 12(1). 2016. Disponível em:
<https://www.rbhdr.net/revista/index.php/rbhdr/article/view/2124> Acesso em: 1 abr. 2026.

Parizotto, L. de D. **Aquisição de alimentos da agricultura familiar para restaurantes universitários: estudo de caso em um campus da Universidade Federal da Fronteira Sul.** 2019. Disponível em:
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8129027. Acesso em: 22 mar. 2026.

Pinheiro, L. C. **Agroecologia em Mato Grosso do Sul: iniciativas individuais superam desafios para uma produção mais sustentável.** 2024.

Pitaluga, M. C.; Le Bourlegat, C. A. **Abastecimento alimentar pela agricultura familiar aos mercados institucionais em Mato Grosso do Sul.** *Retratos de Assentamentos*, 25(1), 69-93. <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2022.v25i1.494>.

R CORE TEAM. **R: A language and environment for statistical computing.** Vienna: R Foundation for Statistical Computing, 2025. Disponível em: <https://www.R-project.org/>. Acesso em: 22 mar. 2026.

Richardson, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas.** 3. ed. Atlas, 2012.
www.EditoraAdas.com.br

Sangalli, A. R.; Schlindwein, M. M. **A contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento rural de Mato Grosso do Sul-Brasil.** *Redes. Revista do Desenvolvimento Regional*, 18(3), pp.82-99. 2013. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/5520/552056834005.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2026.

Schneider, S. **Mercados e agricultura familiar**. In: Marques, F. C.; Conterato, M. A.; Schneider, S. (org.). *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 93–140.

Scoville, C.; Ligstein, N. The promise of field theory for the study of political Institutions. In: T. JANOSKI, C. DE LEON, J. MISRA, & I. WILLIAM MARTIN (Eds.), **The New Handbook of Political Sociology**. Cambridge University Press, 2020. p 79-101.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (SEMADESC). **Estudo socioeconômico da agricultura familiar de Mato Grosso do Sul**. 2024. Disponível em:

<https://www.semadesc.ms.gov.br/wp-content/uploads/2025/01/Estudo-Socioeconomico-AGRIFAMI-MS-revisado-e-corrigido-FINAL.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2026.

Solano, S. L. T. **Os agricultores familiares e suas estratégias de gestão: o PRONAF B no território Açu-Mossoró (RN)**. 2017. 86 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2017. Disponível em:

<https://ppgats.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/47/2018/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Sarah-Laurentina.pdf>.

Souza, P. M. de; Fornazier, A.; Ponciano, N. J.; Ney, M. G. **Agricultura familiar versus agricultura não-familiar: uma análise das diferenças nos financiamentos concedidos no período de 1999 a 2009**. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 42, n. 1, p. 105–124, 2011. DOI: <https://doi.org/10.61673/ren.2011.134>.

Vilpoux, O. F. **Agrarian reform and cooperation between settlers in the Mid West of Brazil: an institutional approach**. *Land Use Policy*, v. 39, p. 65–77, 2014.

Zamberlan, C. O.; Cavalcanti, K. **Agricultura familiar: sua relevância para o Brasil, o estado de Mato Grosso do Sul e o município de Ponta Porã**. *Extensão Rural*, v. 26, n. 3, p.